

ILMO. SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC

"O procedimento administrativo não tem existência jurídica se lhe falta, como fonte primeira, um texto da Lei. Mas não basta que tenha sempre por fonte, a Lei. É preciso ainda que se exerça seguindo orientação dela e dentro dos limites nela traçados. Só assim o procedimento da Administração é legítimo." (Ministro Seabra Fagundes, In "Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário")

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Lino Teixeira, nº 91, Jacaré, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05, neste ato, representada por seu representante legal já devidamente qualificado no processo licitatório em referência, com arrimo na Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 14.133/2021, e ainda, demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, vem à vossa presença, em defesa de seus direitos interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, visando reformar vossa decisão, no que concerne a desclassificação de nossa proposta para os Lotes: 01, 02, 03, 05, 11 e 12, consubstanciada nos substratos fáticos e jurídicos que a seguir passamos a aduzir.

DOS FATOS

Inicialmente, evidenciamos que o objeto do certame em apreço, destina-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo, divididos em 12 (doze) lotes, para atender à Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, em obediência aos preceitos legais vigentes, bem como, ao edital e seus anexos.

Isto posto, após decorrer os procedimentos licitatórios até o momento, este Pregoeiro decidiu declarar a CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. como vencedora para os Lotes 06 e 07 deste pregão eletrônico e desclassificada para os Lotes: 01, 02, 03, 05, 11 e 12, sob a argumentação de preço inexequível para o Lote 01 e por se utilizar de Convenções Coletivas de Trabalho "vencidas" para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, razão pela qual manifestamos prontamente nossa intenção de interpor o presente recurso pelos motivos a seguir expostos.

01/08

DA ABSURDA DESCLASSIFICAÇÃO DA CNS PARA OS LOTES 02, 03, 05, 11 e 12

Conforme depreende-se das observações realizadas no chat deste pregão eletrônico, esse Pregoeiro julgou a CNS desclassificada para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12 por se utilizar de Convenções Coletivas de Trabalho "vencidas" na medida em que (segundo seu particular entendimento) para balizar as propostas, as licitantes deveriam considerar as CCT's vigentes na ocasião da convocação para apresentação de planilhas (2021/2022) e não aquelas existentes na ocasião da apresentação das propostas (2020/2021).

Diante deste inusitado julgamento que jamais nos deparamos nas licitações públicas que participamos nas últimas 03 (três) décadas, inicialmente, torna-se imprescindível trazer a baila o esclarecimento prestado pelo próprio Pregoeiro em 19/03/2021 e publicado no Portal SIGA em resposta ao questionamento formulado pela licitante MULTIPLY, ou seja, antes da sessão inicial deste certame ocorrida em 26/03/2021, *in verbis*: "

"Os preços estimados tiveram como base salários e benefícios da CCT do SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, portanto, a licitante deverá utilizar os valores da CCT 2020/2021."

(grifamos)

Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que "é prática usual, fomentada pelo próprio Art. 40, Inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração". Acrescenta, ainda, que "a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato

02

convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação" ("Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos". 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pp. 402/403).

Com relação ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO tem vasta jurisprudência sobre a matéria. Vejamos o Acórdão nº 299/2015 - Plenário, julgado em 25/02/2015, relatado pelo e. Min. Vital do Rêgo: **"ESCLARECIMENTOS PRESTADOS ADMINISTRATIVAMENTE PARA RESPONDER A QUESTIONAMENTO DE LICITANTE POSSUEM NATUREZA VINCULANTE PARA TODOS OS PARTICIPANTES DO CERTAME**, não se podendo admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório [...] considerando que os esclarecimentos prestados administrativamente, emitidos justamente para responder a questionamento da ora recorrente, possuem natureza vinculante para todos os licitantes, **NÃO SE PODERIA ADMITIR, QUANDO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS, INTERPRETAÇÃO DISTINTA, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO "**

Logo, conclui-se diante da peremptória regra estabelecida por esse Pregoeiro em seu esclarecimento formalizado em 19/03/2021, bem como, da doutrina e jurisprudência ora trasladadas que para balizar suas propostas, as licitantes OBRIGATORIAMENTE deveriam considerar as CCT's existentes até a data da sessão inicial deste pregão eletrônico ocorrida 26/03/2021, isto é, as CCT's 2020/2021, cujas normativas, inclusive, serviram de alicerce para a estimativa orçamentária da licitação pública em questão. Mesmo porque, modificar os parâmetros sindicais adotados inicialmente para os preços ofertados no decorrer de um procedimento licitatório ocasionaria uma insegurança jurídica que comprometeria toda a lisura do certame.

Não é porque a convocação para a apresentação de planilhas ocorreu a partir do mês de Abril/2021 onde as CCT's 2021/2022 já encontravam registradas desde 30/03/2021 que as licitantes deveriam dilacerar o equilíbrio econômico-financeiro de suas propostas apresentadas em 26/03/2021 (quatro dias antes da divulgação das novas CCT's) para, absurdamente, se adequar aos novos parâmetros de remuneração e benefícios sem majoração dos preços propostos.

03

Corroborando com a elucidação da questão, arrematamos com os preceitos legais emanados do Decreto Federal nº 9.507 de 21/09/2018 que em seu Art. 12 enuncia: ***“Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que: (I) seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir. (...)”*** (grifamos)

DA ABSURDA DESCLASSIFICAÇÃO DA CNS PARA O LOTE 01

Com referência a desclassificação de nossa proposta para o Lote 01, presencia-se uma anomalia administrativa na medida em que a desclassificação ocorreu sem que houvesse sequer a convocação e análise das planilhas de formação de preços.

A absurda desclassificação em comento foi efetuada com base em médias de preços (nada competitivos) ofertados por licitantes que visivelmente não tinham muito interesse no certame, e ainda, comparando-se a uma despropositada estimativa orçamentária fixada por essa Administração para o Lote 01.

Ora, como desclassificar uma proposta por suposta inexecuibilidade sem permitir que a proponente apresente suas planilhas de formação de preços? Configura-se um descalabro tão significativo, que preços unitários por postos declarados como vencedores para os Lotes 02 ao 12 são inferiores aos que propomos para o Lote 01 e, enquanto fomos desclassificados sumariamente por inexecuibilidade sem apresentação de planilhas, as licitantes até então vencedoras dos outros lotes tiveram suas planilhas aceitas.

CUMPRE-NOS SALIENTAR NESTE MOMENTO, QUE O ADMINISTRADOR PÚBLICO AO REALIZAR UMA LICITAÇÃO DEVE ESTAR ESCUDADO NOS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS ATOS ADMINISTRATIVOS. ADEMAIS, DEVE-SE ATENTAR PARA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, POIS NÃO BASTA QUE AS CONTRATAÇÕES SEJAM LEGAIS, DEVEM TAMBÉM, SEREM EFICIENTES, TANTO EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES INERENTES AO FUTURO CONTRATO.

04

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, e considerando o elenco de motivações expendidas, espera e requer a Recorrente, que esse Pregoeiro, à luz dos fatos apontados e em prol dos Princípios da Legalidade, da Razoabilidade e da Moralidade, se digne julgar procedente o presente Recurso, para declarar a definitiva qualificação da CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, pelas razões esboçadas. E, para o Lote 01, o inevitável retorno a análise de propostas pelo ordenamento alcançado na fase de lances.

Assim, requeremos a subsequente adjudicação do certame, conforme estabelece a legislação vigente, o informando a autoridade superior competente para homologar como legítima vencedora do certame a CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. não só para os Lotes 06 e 07, assim como, também para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, nos termos dos diplomas legais em vigor, por ser uma questão de direito e da mais lúdima JUSTIÇA.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 2021.

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Sergio da Silva Pring Jr.
Gerente Comercial
JFP 09.332.000-1 / CPF 035.558.767-39

05



TRASLADO

LIVRO: 7804

FOLHA: 139

ATO: 102

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: CNS NACIONAL
DE SERVIÇOS LTDA: na forma abaixo:**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove (15/12/2020), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, na sede deste, Cartório do 24º Ofício de Notas, Tabelião José Mário Pinheiro Pinto, sito a Avenida Almirante Barroso, número 139, Loja C, perante mim, SANDRO RODRIGO PAIVA PINTO, conforme Lei Federal, nº 8.935, de 18.II.1994, conforme publicação no D.O. de 21.II.1994, Substituto, onde compareceu como OUTORGANTE: **CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA**, estabelecida nesta cidade à Rua Lino Teixeira, nº91 – Jacaré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05 e, filiais nesta cidade à Rua Lino Teixeira, nº95 – Jacaré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0006-01; Rua José Felix, nº 78, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0003-69, na JUCERJA sob o nº 3320143049-2, neste Estado; que tem em seu quadro societário: **JOSÉ MAURO EISENBERG**, nascido em 07/08/1953, filiação: **MARCOS EISENBERG E LITA EISENBERG**, brasileiro, divorciado conforme Certidão de Casamento nº. 0932520155 1978 2 00011 268 0000285 25 registrada na 4ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais do Rio de Janeiro, convivente em união estável, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.804.541-7 DETRAN – RJ em 04/01/2001, inscrito no CPF/MF sob o nº 465.865.047-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, 249 – apartamento 501 – Ipanema - CEP 22421-023, com endereço de email: jmauro@diretoriacns.com.br e telefone de contato nº 21 3278-9000; e **JOSE HENRIQUE GOMES DA SILVA**, nascido em 23/11/1963, filiação: **ANTONIO GOMES DA SILVA E JOSEFINA GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, não convivente em união estável, contador, portador da carteira identidade nº 66641-2, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade em 17.03.2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 806.108.207-10, residente e domiciliado nesta cidade na Estrada do Engenho Novo, nº 1078 - Apto.201 – Anchieta – Cep: 21620-242, com endereço de email: henrique@diretoriacns.com.br e telefone de contato: 21 3278-9022. Os presentes por mim identificados consoante documentos acima mencionados do que dou fé. Neste ato representada pelo seu sócio diretor **JOSÉ MAURO EISENBERG**, acima qualificado. Então pela Outorgante, por seu representante legal me foi dito que por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **1) MARCUS GIOVANNI MIQUINIOTTI DE SALVADOR**, nascido em: 29.07.1954, filiação: **JACIRA MIQUINIOTTI DE SALVADOR E JOSÉ DE SALVADOR**, brasileiro, separado judicialmente, convivente em união estável, portador da carteira identidade nº 02.884.422-3, expedida pelo IFP/RJ, em 23.10.2015, inscrito no CPF sob o nº 337.732.037-72, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Cinco de Julho, nº 125/602 – Copacabana – Cep: 22.051-030, com endereço de email: msalvador@diretoriacns.com.br e telefone de contato: 21 3278-9040; **2) SERGIO DA SILVA PRING JUNIOR**, nascido em: 31.08.1972, filiação: **SERGIO DA SILVA PRING E NELMA DE CARVALHO PRING**, brasileiro, divorciado, convivente em união estável, portador da carteira de identidade do IFP/RJ nº09.332.066-1, expedida em 10.05.1999, inscrito no CPF/MF sob o nº.035.555.767-39, residente e domiciliado nesta cidade, á Rua Teodoro da Silva, nº.626/504 – Vila Isabel – Cep: 20.560-005,



com endereço de email: comercial@cns.com.br e telefone de contato: 21 98988-3737; a quem confere poderes para em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, para representar a outorgante em todo o TERRITÓRIO NACIONAL, perante Repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, especialmente junto ao BANCO DO BRASIL S/A, GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A, PETROBRÁS, inclusive Sociedade de Economia Mista, podendo depositar e receber cauções, receber quaisquer quantias, provenientes de faturas, passando recibos e dando as competentes quitações, representá-la pessoalmente também em todo TERRITÓRIO NACIONAL, nas licitações Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, especialmente junto ao BANCO DO BRASIL S/A, GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRÁS e Sociedade de Economia Mista, podendo para tanto, assinar propostas, atas, interpor recursos, ofertar lances em pregões e/ou desistir de recursos e/ou desistir de recursos administrativos, cumprir exigências, assinar em cédulas de crédito bancário e prestar aval em cédulas de crédito Bancário, enfim, resolver todos os assuntos referentes a crédito bancário, podendo inclusive neste caso substabelecer dos poderes Outorgados, assinar contratos e distratos de prestação de serviços no ramo da atividade da Outorgante, e tudo o mais que necessário for ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **que é válido até 31 de Dezembro de 2021**. Assim o disse do que dou fé, e me pediu este Instrumento, que lhe li, aceita e assina, dispensando a presença e assinatura das testemunhas, conforme art. 240 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça. Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII, I, letra a, no valor de R\$ 264,14, comunicação para o distribuidor e CENSEC no valor de R\$ 25,88, arquivamento no valor de R\$11,16, acrescida dos 20% para o FETJ. (Lei nº 3217/99 de 27.05.99) no valor de R\$ 60,24, acrescido de 5% para o FUNPERJ (Ato 04/2006), no valor de R\$ 15,06, acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei nº 111/2006), no valor de R\$ 15,06, acrescida de 4% para o FUNARPEN (Lei 6.281/12) no valor de R\$ 12,05, acrescida de 2% a PMCMV e atos gratuitos no valor de R\$5,28, ISS 5,26% R\$13,21, serão recolhidos ao Banco Bradesco, na forma determinada pela Corregedoria Geral da Justiça, as contribuições previstas na Leis nºs 3761/2002, distribuição no valor de R\$31,60. EU, SANDRO RODRIGO PAIVA PINTO, Tabelião Substituto, matrícula 94/9242, conforme Lei Federal, nº 8.935, de 18.II.1994, conforme publicação no D.O. de 21.II.1994, lavrei, li, colhendo as assinaturas: CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA: JOSÉ MAURO EISENBERG. TRASLADADA na mesma data. Eu, _____, substituto a conferi, subscrevo e assino em público e rasa.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDQF01794-PMK
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

07

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.332-066-1 DATA DE EMISSÃO 28/02/2012

NOME SERGIO DA SILVA PRING JUNIOR

FILIAÇÃO SERGIO DA SILVA PRING

NELMA DE CARVALHO PRING

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO 31/08/1972

DOC. ORIGEM C. CASM LIV BR00122 FLS 201 TERM 27561 C 008 RJ

RIO DE JANEIRO

CIT 035.555.767-39 2 Vts

001

PLS 12477/58318

0550

LEI Nº 7.116 DE 2004/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA C.R.S. CIVIL

SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO

0550

Polegar Direito

Assinatura do Titular

CARTeira DE IDENTIDADE

08/08



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA, DEVIDAMENTE REGULARIZADA, PARA PRESTAR JUNTO AS UNIDADES ESCOLARES DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC, NAS FUNÇÕES DE APOIO ADMINISTRATIVO, DIVIDIDOS EM LOTES ABAIXO ESPECIFICADOS, SENDO ESTES SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA E NOS MOLDES PRECONIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS – CLT, CONFORME PROPOSTA DETALHE (ANEXO I) E TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III).

PROCESSO SEI-260005/001944/2021

RECORRENTE (S): CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA** é regular por atender o requisito do Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002, bem como tempestivo com fundamento no item 13.1 do Edital convocatório do Pregão Eletrônico 003/2021.

DA LEGITIMIDADE

A peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa, caracterizando a legitimidade.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Empresa CNS Nacional de Serviços LTDA, aduz que esta comissão decidiu declara-la

vencedora para os Lotes 06 e 07 e **desclassifica-la para os Lotes: 01, 02, 03, 05, 11 e 12**, sob a argumentação de preço inexequível para o Lote 01 e por se utilizar de Convenções Coletivas de Trabalho “vencidas” para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12.

Quanto ao lote I, argumenta que se presencia uma anomalia administrativa na medida em que a desclassificação ocorreu sem que houvesse sequer a convocação e análise das planilhas de formação de preços, e que a sua desclassificação foi efetuada com base em médias de preços ofertados por licitantes que visivelmente não tinham interesse, e ainda, comparando-se a uma despropositada estimativa orçamentaria fixada pela Administração para o Lote I.

Quanto aos Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, aduz que não é porque a convocação para a apresentação de planilha ocorreu a partir do mês de abril/2021 onde as CCT's 2021/2022 já encontravam registradas desde 30/03/2021 que as licitantes deveriam dilacerar o equilíbrio econômico de suas propostas apresentadas em 26/03/2021 para, absurdamente, se adequar aos novos parâmetros de remuneração e benefícios sem majoração dos preços propostos.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para que o Pregoeiro reveja o ato administrativo impugnado, declarando sua qualificação para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, e para o Lote 01, o retorno a análise de propostas pelo ordenamento na fase de lances, e subsequente mente, a adjudicação do certame.

DA ANÁLISE DO RECURSO

Primeiramente, passo a analisar os pressupostos de admissibilidade do recurso aos lotes 1, 2, 3, 5 e 12, estando a resposta no Edital, em seu item 13.1, no tópico dos recursos.

Vejamos:

*13.1 - A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se **IMEDIATAMENTE** por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, **APÓS A DECLARAÇÃO DE VENCEDOR PELA PREGOEIRA EXPONDO OS MOTIVOS**. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido **o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões**, ficando as demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido à Pregoeira.*

Como se denota, resta explícito que o requisito principal para a propositura do recurso é a existência de uma decisão declarando o vencedor.

Logo, **deixo de admitir** o recurso no que se refere aos lotes 01, 02, 03, 05, 12, uma vez que inexistindo decisão de declaração de vencedor quando da propositura do recurso, **falta-lhe interesse de recorrer**.

Quanto ao lote 11, presente os requisitos de admissibilidade do recurso, passamos a sua análise de mérito.

Não assiste razão a Recorrente, pelos motivos que passo a transcrever.

cedição que o Edital e seus Anexos, faz lei entre as partes, bem como toda legislação pátria vigente.

Diante disso, percebe-se que na licitação os concorrentes e o próprio Poder Público ficam vinculados ao Edital de Convocação, que é um instrumento onde são estabelecidas as regras do certame, condições e cláusulas específicas para a posterior contratação, visando à qualidade e a segurança do serviço público. Nele são delineados os procedimentos, as propostas, documentação, o julgamento e o próprio contrato.

Neste sentido, dispõe o art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”.

A vinculação ao Edital é, portanto, um princípio inerente a todo procedimento licitatório, pois estabelece as regras do certame, de modo a garantir, dentro da própria licitação, **a justa competição entre os concorrentes.**

Assim, a partir do momento em que as empresas se dispõem a participar de uma licitação, recebem as regras a que estão submetidas, e se comprometem a cumprir a exigências estabelecidas.

Sobre a matéria, é da lição de Hely Lopes Meirelles:

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. [...] O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu” (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 26º ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002. P. 263).

Merece ainda destaque o entendimento do Tribunal de Contas da União:

“A jurisprudência deste Tribunal é pacífica quanto à importância de ser observado nos procedimentos licitatórios o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Quanto a esse aspecto não há controvérsia, pois o edital é a lei que rege o processo licitatório, devendo conter regras claras e objetivas acerca dos aspectos importantes nele envolvidos (TC

– 010.641/2013-0, Natureza: Pedido de Reexame, Unidade Jurisdicionada: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Interessada: Hewlett – Packard Brasil Ltda.) (Grifos e destaques nossos).”

A decisão deste Pregoeiro resta respaldada nos termos do Edital de Licitação e em embasada na análise das planilhas de composição de custos pelo setor competente.

“9.2.2 - Os proponentes deverão apresentar as propostas com as quantidades, funções e salários estabelecidos no ANEXO I, correspondente a cada Região / Lote, e detalhado no ANEXO IV e VII do Termo de Referência (Anexo III).

9.2.3 - Na apresentação da proposta a modificação das alíquotas dos encargos fixos será realizada de acordo com o enquadramento da empresa, permanecendo sempre as alíquotas obrigatórias.

9.2.4 - A proposta deverá prever o pagamento do Vale Alimentação com o valor mínimo diário, conforme CCT – Convenção Coletiva de Trabalho da Classe, e da Legislação Vigente.

9.2.5 Para padronização das propostas, os tributos deverão ser previstos com as alíquotas referentes aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

9.2.5.1 Os salários-base, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos aos quais a LICITANTE e os profissionais estejam vinculados, conforme relação no Anexo I, do Termo de Referência (Anexo III).

9.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e, após a fase de lances, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.”

A Divisão de Suprimentos deste Órgão quando na realização do estudo da composição dos custos, ao deparar-se com as CCTs vincendas, apontou os cálculos de atualização dos salários-base tendo como referência o INPC. E ao comparar os valores atualizados no estudo com os efetivamente registrados na CCTs em vigor na data de apresentação das propostas, verificou pouca variação, ou seja, o estudo atingiu o objetivo de calcular o valor do salário-base em virtude da oscilação da economia, utilizando-se desse índice, calculado e publicado pelo IBGE, e visando reduzir as distorções do valor da licitação em relação ao mercado, observados os prazos e controles que envolvem uma contratação desse vulto.

Observa-se ainda, que os valores dos lotes estimados no instrumento convocatório apresentaram margens para negociação mediante aos valores estimados através das Composições de Custos e através também das Pesquisas de Mercado realizadas, de forma a comprovar que a previsão de atualização das Convenções foi disposta nos valores estimados.

Este, fato pode ser verificado através da comparação entre os valores estimados e os valores finalizados nos lances pela Recorrente, que obrigatoriamente deveria prever a citada atualização, que é de praxe.

Pode-se definir que a convenção coletiva é um acordo realizado entre os colaboradores e as contratantes da classe sindicalizada em questão, onde a Data Base deverá ocorrer uma vez ao ano, não podendo ultrapassar ao período de dois anos entre elas. É nesta reunião, dentro desta periodicidade, que se trata além de outros pontos, a situação econômica dos profissionais: reajustamento, piso salarial e valor das horas extras, ora questionados pela Recorrente.

Não restam dúvidas, que considerando a aptidão da empresa recorrente, esta detinha o conhecimento da condicionante da atualização dos proventos dispostos nas Convenções Coletivas.

A Lei 13.467/2017, que altera a CLT, determina em seu artigo 614, §3º:

“§ 3º Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.”(g.n.)

Antes das determinações constantes nas Convenções Coletivas de Trabalho, a Constituição Federal já determinava este reconhecimento:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;”

O artigo 611 da CLT, define Convenção Coletiva de Trabalho como o acordo de caráter normativo devendo ser aplicada:

“Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.”

Ainda sobre a CLT, há em seu artigo 722 as penalidades determinadas para os casos que se demonstrem violação aos dissídios coletivos:

“Art. 722 - Os empregadores que, individual ou coletivamente, suspenderem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do Tribunal competente, ou que violarem, ou se recusarem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, incorrerão nas seguintes penalidades:

a) multa de cinco mil cruzeiros a cinquenta mil cruzeiros; [\(Vide Leis n.ºs 6.986, de 1982 e 6.205, de 1975\)](#)

b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;

c) suspensão, pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, do direito de serem eleitos para cargos de representação profissional.

§ 1º - Se o empregador for pessoa jurídica, as penas previstas nas alíneas "b" e "c" incidirão sobre os administradores responsáveis.

§ 2º - Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro. Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica o Presidente do Tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo do cumprimento desta e da aplicação das penalidades cabíveis, ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

§ 3º - Sem prejuízo das sanções cominadas neste artigo, os empregadores ficarão obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.”
g.n.

Cabe mencionar que a repactuação contratual citada pela Recorrente, em virtude de registro de CCT, sua concessão só é permitida a no interregno mínimo de um ano a contar da data de apresentação da proposta de preços, não podendo assim a Administração Pública firmar Termo Contratual onde os profissionais receberão por seu dignos trabalhos valores inferiores aos determinados nas Convenções Coletivas vigentes .

Assim trata o artigo 54 da Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017:

“Art. 54. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.”

A CCT que estava em vigor, precisava ser aplicada as planilhas, visando o pagamento justo e correto aos trabalhadores envolvidos, com todos os direitos que cabem e asseverando a segurança jurídica da contratação, considerando até mesmo a determinação constante no artigo 615, §2º da CLT que determina a aplicação das modificações aprovadas em convenções em até três dias:

“[Art. 615.](#) O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acôrdio ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembléia Geral dos Sindicatos convenientes ou partes acordantes, com observância do disposto no art. 612.

§ 1º O instrumento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de Convenção ou Acôrdio será depositado para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo originariamente foi depositado observado o disposto no art. 614.

§ 2º As modificações introduzidos em Convenção ou Acôrdio, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização de

depósito previsto no § 1º.”

A Recorrente ao apresentar sua planilha com valores ajustados aquele valor global ofertado na oportuna fase da licitação, obrigatoriamente, estava submetida ao documento em vigência, não observando por conforto a atualização da Convenção .

Nesse sentido, não paira qualquer dúvida que a Recorrente, deixando de apresentar sua proposta com base na CCT em vigor, não obedeceu a legislação, pois não acarretaria pagamento justo e correto aos trabalhadores envolvidos, **além de causar desequilíbrio na competitividade entre as empresas**, o que é vedado por lei, conforme se observa do art. 3º da Lei Federal nº 8666/93.

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

É certo que a utilização de CCT de ano anterior, traz vantagem injusta da Recorrente sobre as demais empresas que utilizaram a CCT atualizada.

Devemos destacar que, o procedimento licitatório busca a satisfação do interesse público, mediante a escolha da proposta mais vantajosa, no entanto, **não se deve deixar de lado a necessária igualdade de competição entre as licitantes.**

Nesse sentido, não restam dúvidas quanto ao acerto na desclassificação da Recorrente do certame, eis que a luz da lei.

Por fim, mantenho a decisão de **DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA** da empresa CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA, submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Pregoeiro (a)**, em 08/06/2021, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17952935** e o código CRC **432F9199**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
ASSJUR

PARECER Nº 90/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO Nº SEI-260005/001944/2021
INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PRESIDÊNCIA, CNS
ASSUNTO: Impugnação Edital Pe 03/21

EMENTA: Análise de Impugnação do Pregão Eletrônico 03/21. Inadmissão do Recurso quanto aos lotes 1, 2, 3, 5 e 12 em razão da falta a Declaração do Vencedor. Quanto ao lote 11 Pregoeiro opina pelo não acolhimento das razões de impugnação. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa CNS nº. 003/2021, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em **gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra**, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Escolares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, **nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO**, sendo estes serviços de natureza contínua e nos moldes preconizados na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT

A recorrente alega a improcedência da sua inabilitação e apresenta recurso face a suposta declaração de vencedor no lote em que participa.

A Comissão de Licitação, por sua vez, em pronunciamento por meio do despacho 17952935, inicialmente, alega que o recurso não deve ser admitido quanto aos lotes 1, 2, 3, 5 e 12, posto que interposto fora da previsão do edital, visto que não existe vencedor para os lote em questão:

"Primeiramente, passo a analisar os pressupostos de admissibilidade do recurso aos lotes 1, 2, 3, 5 e 12, estando a resposta no Edital, em seu item 13.1, no tópico dos recursos.

Vejamos:

13.1 - A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se **IMEDIATAMENTE** por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, **APÓS A DECLARAÇÃO DE VENCEDOR PELA PREGOEIRA EXPONDO OS MOTIVOS**. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido à Pregoeira.

Como se denota, resta explícito que o requisito principal para a propositura do recurso é a existência de uma decisão declarando o vencedor.

Por meio da Nota Técnica emitida por esta Comissão, indexador 17932520, foi informado a todos os

interessados a realização do avanço das fases no certame denominado Pregão Eletrônico 003/2021, para declaramos vencedores os proponentes já habilitados. "

No tocante ao lote 11 , se manifestou nos seguintes termos:

A decisão deste Pregoeiro resta respaldada nos termos do Edital de Licitação e em embasada na análise das planilhas de composição de custos pelo setor competente.

“9.2.2 - Os proponentes deverão apresentar as propostas com as quantidades, funções e salários estabelecidos no ANEXO I, correspondente a cada Região / Lote, e detalhado no ANEXO IV e VII do Termo de Referência (Anexo III).

9.2.3 - Na apresentação da proposta a modificação das alíquotas dos encargos fixos será realizada de acordo com o enquadramento da empresa, permanecendo sempre as alíquotas obrigatórias.

9.2.4 - A proposta deverá prever o pagamento do Vale Alimentação com o valor mínimo diário, conforme CCT – Convenção Coletiva de Trabalho da Classe, e da Legislação Vigente.

9.2.5 Para padronização das propostas, os tributos deverão ser previstos com as alíquotas referentes aos **Municípios do Estado do Rio de Janeiro.**

9.2.5.1 Os salários-base, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos aos quais a LICITANTE e os profissionais estejam vinculados, conforme relação no Anexo I, do Termo de Referência (Anexo III).

9.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e, após a fase de lances, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.”

A Divisão de Suprimentos deste Órgão quando na realização do estudo da composição dos custos, ao deparar-se com as CCTs vincendas, apontou os cálculos de atualização dos salários-base tendo como referência o INPC. E ao comparar os valores atualizados no estudo com os efetivamente registrados na CCTs em vigor na data de apresentação das propostas, verificou pouca variação, ou seja, o estudo atingiu o objetivo de calcular o valor do salário-base em virtude da oscilação da economia, utilizando-se desse índice, calculado e publicado pelo IBGE, e visando reduzir as distorções do valor da licitação em relação ao mercado, observados os prazos e controles que envolvem uma contratação desse vulto.

Observa-se ainda, que os valores dos lotes estimados no instrumento convocatório apresentaram margens para negociação mediante aos valores estimados através das Composições de Custos e através também das Pesquisas de Mercado realizadas, de forma a comprovar que a previsão de atualização das Convenções foi disposta nos valores estimados.

Este, fato pode ser verificado através da comparação entre os valores estimados e os valores finalizados nos lances pela Recorrente, que obrigatoriamente deveria prever a citada atualização, que é de praxe.

Pode-se definir que a convenção coletiva é um acordo realizado entre os colaboradores e as contratantes da classe sindicalizada em questão, onde a Data Base deverá ocorrer uma vez ao ano, não podendo ultrapassar ao período de dois anos entre elas. É nesta reunião, dentro desta periodicidade, que se trata além de outros pontos, a situação econômica dos profissionais: reajustamento, piso salarial e valor das horas extras, ora questionados pela Recorrente.

Não restam dúvidas, que considerando a aptidão da empresa recorrente, esta detinha o conhecimento da condicionante da atualização dos proventos dispostos nas Convenções Coletivas.

(...)

Nesse sentido, não paira qualquer dúvida que a Recorrente, deixando de apresentar sua proposta com base na CCT em vigor, não obedeceu a legislação, pois não acarretaria pagamento justo e correto aos trabalhadores envolvidos, **além de causar desequilíbrio na competitividade entre as empresas**, o que é vedado por lei, conforme se observa do art. 3º da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do

julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

É certo que a utilização de CCT de ano anterior, traz vantagem injusta da Recorrente sobre as demais empresas que utilizaram a CCT atualizada.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, visa a Administração justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in *“Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição”* - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

“Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)”

Sendo assim, o edital no seu item 13 traz o tópico dos recursos, como ora transcrito:

13.1 - A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se IMEDIATAMENTE por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, APÓS A DECLARAÇÃO DE Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a Escola Técnica Assessoria Especial – Setor de Licitações Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiuva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ 17/27 VENCEDOR PELA PREGOEIRA EXPONDO OS MOTIVOS. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes asseg

O item 13.1 do Edital estipulam o prazo de 3 (três) dias úteis após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, expondo os motivos por meio do sistema eletrônico. Sendo assim, como informado, o caso em questão se tratou de uma licitação por lotes com homologação parcial apenas dos lotes já terminados. Como informação da CPE no lote em questão não houve declaração de vencedor, logo o prazo recursal não se iniciou.

Quanto a possibilidade da homologação parcial, essa ASSJUR se manifestou no Parecer 75 (16903258).

A consulta formulada se resume à análise da possibilidade de se proceder a homologação individualizada de cada um dos itens/lotos que compõem as licitações realizadas pela FAETEC quando surgirem intercorrências, a exemplo da interposição de recursos na licitação ou suspensão por ato judicial, que afetem um ou alguns dos itens/lotos que compõem o certame.

De plano, anota-se que a questão trazida perpassa pela investigação da natureza jurídica da divisão do certame em lotes ou itens, para, após, concluir acerca da possibilidade, ou não, da realização da homologação nos termos em que pretende CPE.

A divisão da licitação em itens/lotos, como regra, tem como premissa o princípio da economicidade e da eficiência administrativas, na medida em que são reunidos, num mesmo certame, diversos objetos que poderiam ser licitados separadamente, empreendendo-se, em tese,

maior agilidade e economia na seleção da melhor proposta para a Administração. Além disso, são praticados, uma única vez, todos os atos preparatórios para a realização da licitação, tais como as manifestações técnicas e jurídicas, as publicações, entre outros.

Em síntese, em um único edital, são reunidas, por discricionariedade administrativa, tantas licitações quantos forem os lotes/itens que a Administração necessite, pois que cada um deles será considerado como uma licitação autônoma, com regramento próprio e existência distinta das demais licitações que integram o mesmo edital, de modo que, ao final, serão firmados tantos contratos quantos forem os lotes/itens adjudicados.

Na esteira do que se expôs, é de se concluir, portanto, que o lote/item que integra um edital de licitação tem natureza jurídica de licitação autônoma, tendo, por assim dizer, "vida jurídica própria e independente" em relação aos demais. Assim leciona o professor Marçal Justen Filho em sua obra Comentários a Lei de Licitações:

A licitação por itens consiste na concentração, em um único procedimento licitatório, de uma pluralidade de certames, de que resultam diferentes contratos. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjugadamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos. Poderia aludir-se a uma hipótese de "cumulação de licitações" ou "licitações cumuladas; fazendo-se paralelo com a figura da cumulação de ações conhecida no âmbito do Direito Processual." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15. ed. Pág. 310/311. São Paulo. Dialética, 2102.)

Desta forma, considerando que os lotes/itens são, tecnicamente, licitações autônomas; que existe discricionariedade atribuída à Administração para reunir ou não os objetos no mesmo certame; que, em razão da citada autonomia, há pluralidade de julgamentos, pois cada um dos lotes/itens é julgado individualmente, tanto no que diz respeito aos requisitos de habilitação, que são analisados e processados autonomamente em relação a cada item específico do edital, quanto em relação a apreciação dos recursos interpostos; e, por fim, pelo fato de que cada um dos itens/lotos será objeto de contratação individualizada pela Administração, é forçoso concluir que não há razões jurídicas para não se admitir que o ato de homologação do certame seja procedido levando em conta cada um dos objetos licitados no certame, ainda mais quando o elemento central que autorizou a reunião das licitações em um único edital, que é a economia de tempo e de recursos, pode ser comprometido quando há intercorrências processuais que atrasam ou impedem que um ou mais lotes/itens possam ser homologados no mesmo ato, causando prejuízos tanto à Administração quanto aos vencedores do certame.

No tocante ao lote 11, segundo informação do doc. 17952935 a empresa utilizou na sua composição de custo valores referentes a Convecção Coletiva do ano anterior, alegando para tanto que a mesma ainda se encontrava válida. Ocorre que as demais empresas utilizaram os valores atualizados, adotar padrão distinto nesse caso estaria violando o princípio da isonomia, posto que esta a empresa seria favorecida por utilizar de valores menores. Essa foi a definição apresentada pela CPE em sua manifestação, que essa ASSJUR corrobora.

É cediço que de acordo com o **princípio** da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a **licitação** de maneira impessoal, sem prejudicar nenhum licitante. Esse princípio possui previsão expressa no art. 3º da Lei 8666/93.

art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Corroborando essa tese, transcreve-se parte da manifestação da CPE, supra mencionada:

"Assim trata o artigo 54 da Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017:

"Art. 54. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir."

A CCT que estava em vigor, precisava ser aplicada as planilhas, visando o pagamento justo e

correto aos trabalhadores envolvidos, com todos os direitos que cabem e asseverando a segurança jurídica da contratação, considerando até mesmo a determinação constante no artigo 615, §2º da CLT que determina a aplicação das modificações aprovadas em convenções em até três dias:

“Art. 615. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acôrdio ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembléia Geral dos Sindicatos convenientes ou partes acordantes, com observância do disposto no art. 612.

§ 1º O instrumento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de Convenção ou Acôrdio será depositado para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo originariamente foi depositado observado o disposto no art. 614.

§ 2º As modificações introduzidos em Convenção ou Acôrdio, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização de depósito previsto no § 1º.”

A Recorrente ao apresentar sua planilha com valores ajustados aquele valor global ofertado na oportuna fase da licitação, obrigatoriamente, estava submetida ao documento em vigência, não observando por conforto a atualização da Convenção .”

Entendimento distinto, estaria favorecendo a recorrente em detrimento das demais participantes, violando o princípio da isonomia.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste parecer, nos coadunamos com a sua posição, cabendo ressaltar, por fim, que a Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Diante disso, esta ASSJUR opina pelo não acolhimento da impugnação, pelos termos acima expostos.

PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ Nº 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 09/06/2021, às 02:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17960460** e o código CRC **12286594**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão de Pregão Eletrônico- COMISPE,

Tendo em vista o relatado por esta Comissão no despacho de indexador nº 17952935 e o Parecer 90 da d. FAETEC/ASSJUR, indexador nº 17960460, acompanho o entendimento de ambos no sentido da **inadimissão do Recurso**..

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 09/06/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17965595** e o código CRC **1F0DD8B4**.

Referência: Processo nº SEI-260005/001944/2021

SEI nº 17965595

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br